



Seção	Pág
1. Conjuntura Econômica	1
1.1 Atividade Econômica - Brasil	1
1.2 Atividade Econômica - São Paulo	3
1.3 Inflação e Política Monetária	6
1.4 Arrecadação Estadual e Federal	9
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária	11
2.1 Receita Arrecadada	11
2.2 Despesa Empenhada	14
3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	22
4. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017	23
5. Síntese da Execução Orçamentária	33

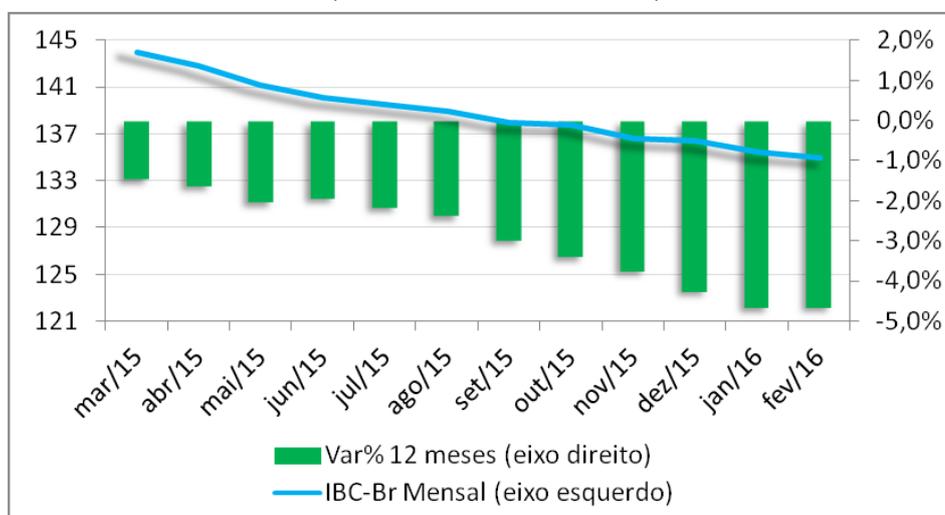
1. Conjuntura Econômica

1.1 Atividade Econômica - Brasil

Segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br, a atividade econômica brasileira apresentou, no mês de fevereiro/2016, contração de 0,29% em relação ao mês anterior (dados dessazonalizados¹). O resultado representa o décimo quarto mês consecutivo de queda. O Gráfico 1.1 ilustra a evolução mensal do índice nos últimos 12 meses.

Com o resultado de dezembro, o índice acumulado em 12 meses (mar/15 a fev/16) registra queda de 4,63% em relação aos 12 meses anteriores (mar/14 a fev/15).

Gráfico 1.1 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses
(dados dessazonalizados)



Fonte: Banco Central do Brasil

(1) Dado dessazonalizado significa que os efeitos sazonais (férias, natal,...) dos meses foram descontados, permitindo assim a comparação direta entre meses subsequentes.

Acompanhando a desaceleração da atividade econômica, as expectativas de mercado quanto ao crescimento do PIB em 2016 continuam se deteriorando, caindo para -3,88%, segundo o Relatório Focus do Banco Central de 22 de abril, que apresenta projeções dos principais indicadores econômicos estimados pelas instituições financeiras (Gráfico 1.2).

No mês de fevereiro/2016, os indicadores setoriais da indústria e dos serviços apresentaram queda, como mostra a Tabela 1.1.

Tabela 1.1 - Indicadores Setoriais - Brasil

Indicadores Setoriais	Fev 2016 Var. %*	12 meses Var. %
Indústria	-2,5%	-9,0%
Comércio	1,2%	-5,3%
Serviços*	-4,0%	-3,7%

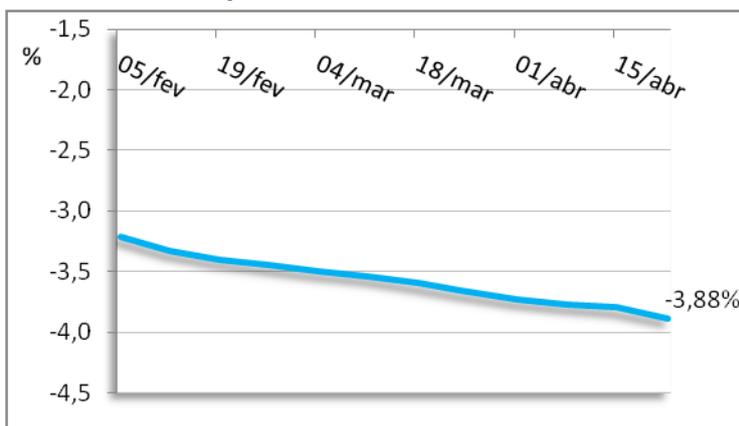
Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal - PIM-PF/IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio - PMC/IBGE
Serviços - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS/IBGE

*Com relação ao setor de serviços, a variação é em relação ao mesmo mês do ano anterior. Para os setores indústria e comércio, a variação é em relação ao mês imediatamente anterior.

A produção da indústria nacional, em fevereiro/2016, apresentou queda de 2,5% em relação a janeiro/2016 (dados dessazonalizados), mês em que havia sido registrado crescimento de 0,4% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

Com esse resultado, a produção industrial acumulada nos últimos 12 meses (mar/15 a fev/16) apresentou retração de 9,0% em relação aos 12 meses anteriores (mar/15 a fev/16).

Gráfico 1.2 - Expectativa de Crescimento % - PIB 2016



Fonte: Relatório FOCUS/BCB

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista apresentou, em fevereiro/2016, crescimento de 1,2% (dados dessazonalizados) em relação ao mês anterior.

Em janeiro/2016, o índice havia apontado retração de 1,9% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

Com o resultado, o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou, no acumulado nos últimos 12 meses, queda real de 5,3% em comparação com os 12 meses anteriores.

A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS do IBGE mostrou que o volume de serviços prestados no país, em fevereiro/2016, caiu 4,0% em relação a fevereiro/2015.

No acumulado dos últimos 12 meses, o volume de serviços prestados registrou queda de 3,7% em comparação com os 12 meses anteriores.

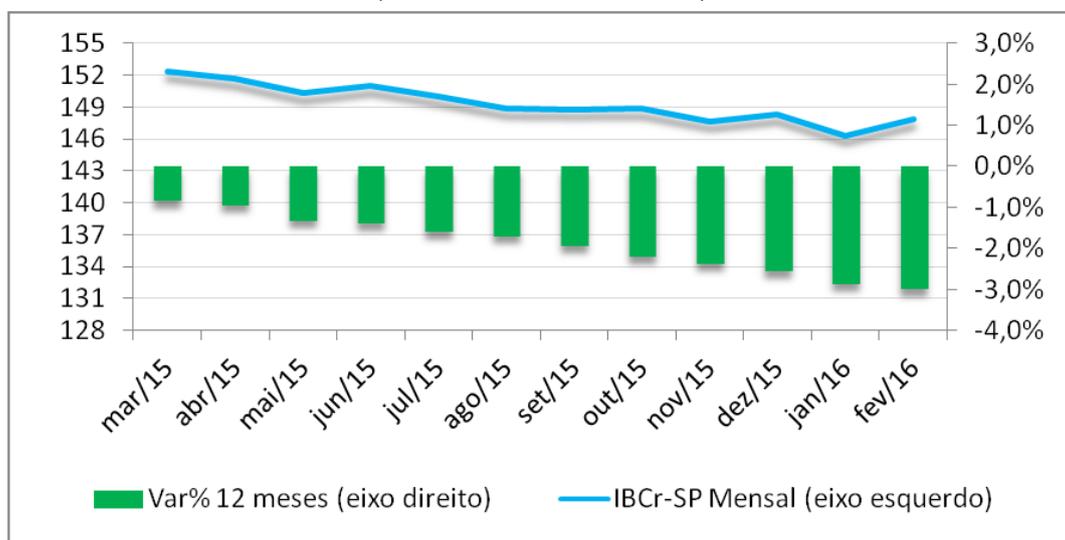
1.2 Atividade Econômica - São Paulo

A atividade econômica paulista registrou, em fevereiro/2016, crescimento de 1,05% em relação ao mês anterior, segundo o Índice de Atividade Econômica Regional - São Paulo do Banco Central - IBCr - SP (Gráfico 1.4). Em janeiro/2016, o índice havia apontado

contração de 1,33% (dados revisados) da atividade econômica paulista.

Com o resultado de fevereiro/2016, o índice acumulado em 12 meses (mar/15 a fev/16) registrou queda de 2,99% em relação aos 12 meses anteriores (mar/14 a fev/15).

Gráfico 1.4 - IBCr - SP - Est. São Paulo – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses (dados dessazonalizados)



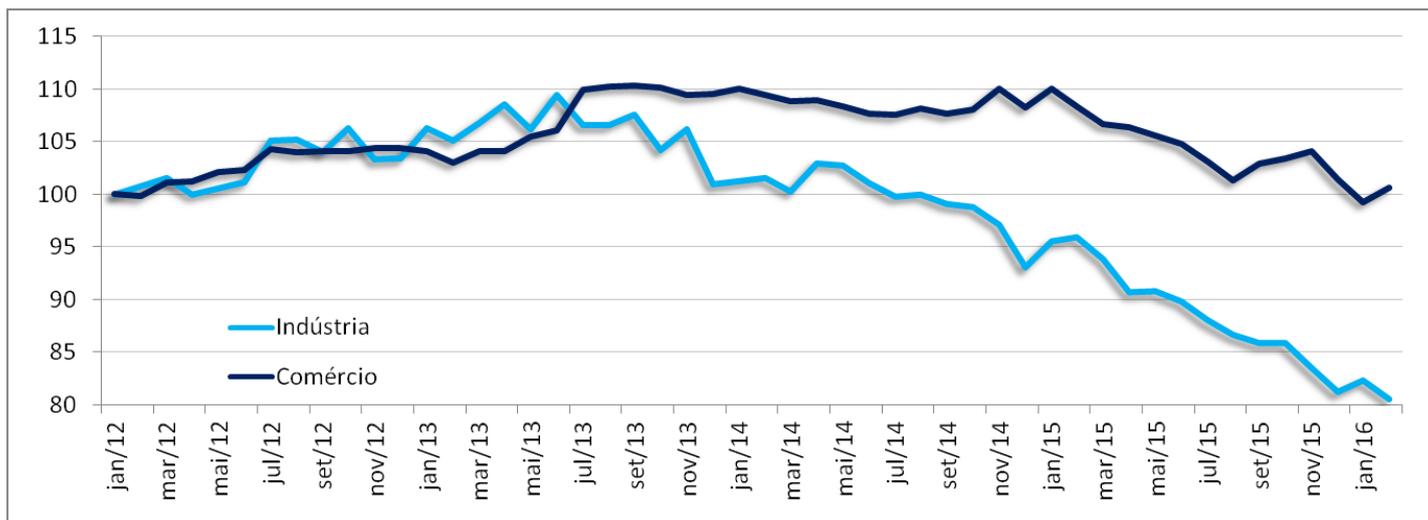
Fonte: Banco Central do Brasil

A produção da indústria paulista, em fevereiro/2016, registrou retração de 2,1% (dados dessazonalizados¹) em relação ao mês anterior. Em janeiro/2016, a indústria paulista havia apresentado crescimento de 1,4% (dados revisados) na comparação com o mês de dezembro/2015.

No acumulado dos últimos 12 meses (mar/15 a fev/15), a produção apresentou contração de 12,0% em relação aos 12 meses anteriores (mar/14 a fev/15).

(1) Dado dessazonalizado significa que os efeitos sazonais (férias, natal,..) dos meses foram descontados, permitindo assim a comparação direta entre meses subsequentes.

Gráfico 1.4 - Produção Industrial e Comércio Varejista no Estado de SP
Índice base/janeiro 2012 = 100



Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física / IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio / IBGE

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou crescimento de 1,4% em fevereiro/2016 (dados dessazonalizados) em relação janeiro/2016, mês em que já havia apresentado retração de 2,1% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

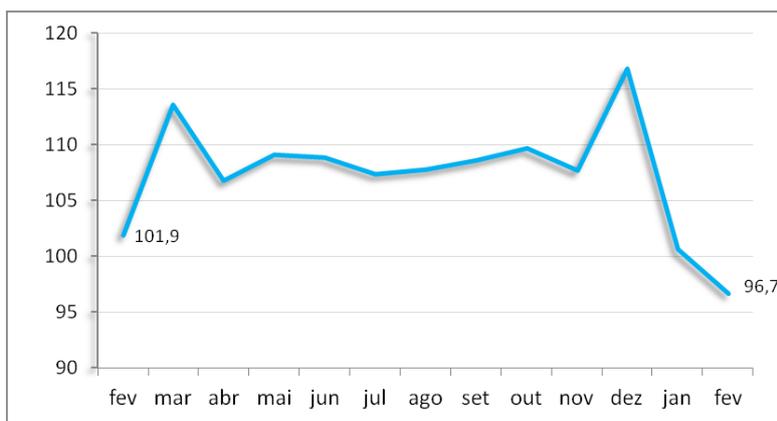
Com o resultado de fevereiro/2016, o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou, no acumulado dos últimos 12 meses, queda real de 4,6% em comparação com os 12 meses anteriores.

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou que o volume de serviços prestados no Estado de São Paulo, em fevereiro/2016, caiu 5,1% em relação a fevereiro/2015. Em

janeiro/2016, o índice havia apresentado queda de 5,6% (dados revisados) em relação a janeiro/2015.

No acumulado dos últimos 12 meses (mar/15 a fev/16), o volume de serviços prestados registrou contração de 3,45% em comparação com os 12 meses anteriores (mar/14 a fev/15).

Gráfico 1.6 - Índice de Volume de Serviços Prestados - Estado de SP



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços / IBGE

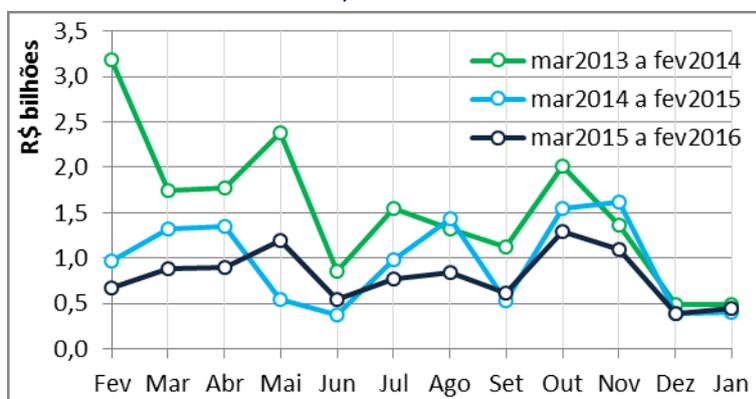
(1) Dado dessazonalizado significa que os efeitos sazonais (férias, natal,..) dos meses foram descontados, permitindo assim a comparação direta entre meses subsequentes.

Mercado Imobiliário no Município de São Paulo

Em relação ao mercado imobiliário de imóveis residenciais novos do município de São Paulo, segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.7) em fevereiro/2016 atingiu R\$ 447 milhões, o que representa uma variação de 9,5%, considerando o valor nominal do mesmo mês em 2015, e um crescimento de 14,76% em relação ao mês anterior - janeiro/2016.

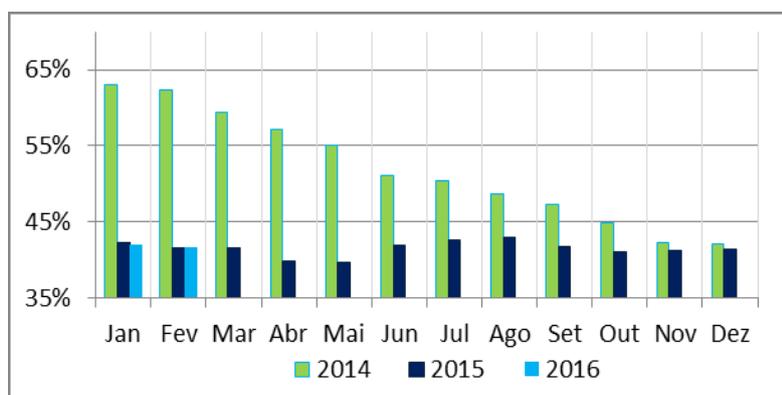
Outro indicador usado no relatório, o Vendas sobre Oferta - VSO de 12 meses (Gráfico 1.8), encerrou fevereiro/2016 em 41,7%, significando que, nos últimos 12 meses, foram vendidos 41,7% dos imóveis ofertados (oferta inicial + lançamentos no período). Em janeiro/2016, o VSO foi de 42% e, em fevereiro/2015, havia sido de 41,6%.

Gráfico 1.7 - VGV (Valor Geral de Vendas) Mensal R\$ bilhões



Fonte: Pesquisa do Mercado Imobiliário / SECOVI-SP

Gráfico 1.8 - VSO (Vendas sobre Oferta) de 12 meses



Fonte: Pesquisa do Mercado Imobiliário / SECOVI-SP

1.3 Inflação e Política Monetária

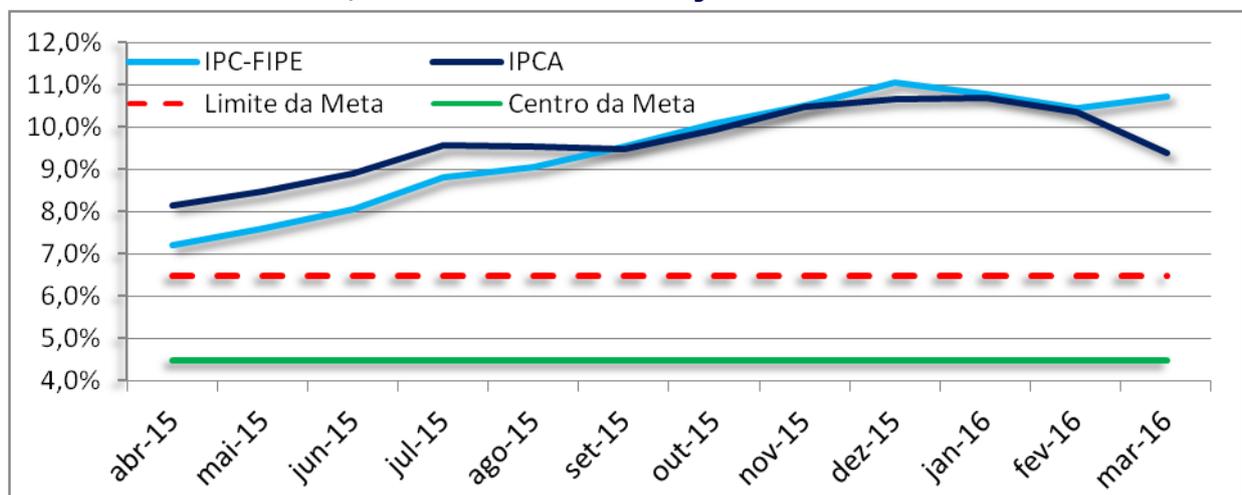
Em março/2016, o IPC-FIPE registrou inflação de 0,97% na cidade de São Paulo. No mês anterior, o índice havia medido inflação de 0,89%.

No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPC-FIPE subiu de 10,45% para 10,74% (Gráfico 1.9).

O IPCA/IBGE, índice de referência para o regime de metas de inflação, apresentou inflação de 0,43% em março/2016. Em fevereiro, o índice havia registrado variação de 0,90%.

No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPCA recuou de 10,36% para 9,39% (Gráfico 1.9).

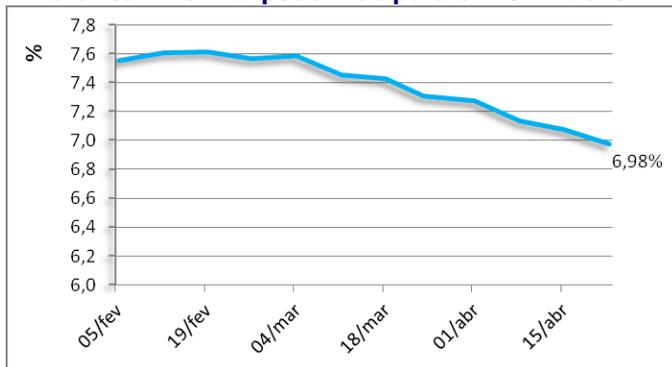
Gráfico 1.9 - IPCA/IBGE e IPC-FIPE - Variação Acumulada em 12 Meses (%)



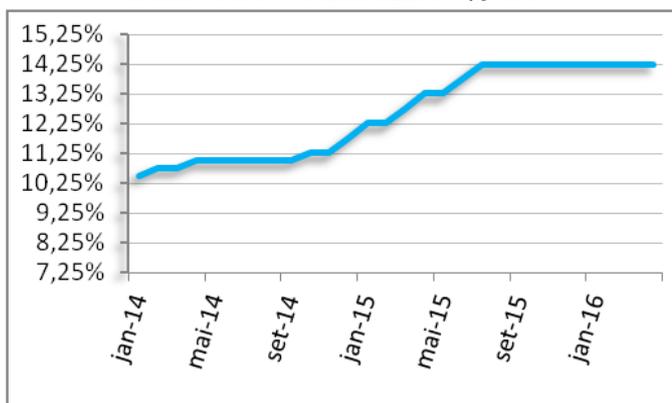
Fontes: IPCA / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
IPC-FIPE / Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Em relação ao mês de abril/2016, o IPCA15, índice considerado uma prévia do IPCA, apresentou inflação de 0,51%. Nos últimos 12 meses, o índice acumula variação de 9,34%.

Entre as instituições financeiras, a mediana das expectativas de inflação (IPCA) para o ano de 2016 caiu para 6,98%, segundo o Relatório FOCUS/BCB de 22/abril (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.10 - Expectativas para o IPCA - 2016

Fonte: Relatório FOCUS / Banco Central do Brasil

Gráfico 1.11 - Taxa SELIC - % a.a

Fonte: Banco Central do Brasil

O regime monetário adotado pelo Banco Central estabelece uma meta anual para inflação (IPCA) de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2% para mais ou para menos.

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, é o principal instrumento utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central tem mantido, desde o mês de julho/2015, a taxa no nível em 14,25% ao ano (Gráfico 1.11).

Tabela 1.2 - Síntese dos Indicadores de Conjuntura - Var. % Real

	Variação % Mensal (mês x mês anterior)				Variação % Acumulada em 12 meses (12 meses x 12 meses anteriores)			
	Dez2015	Jan2016	Fev2016	Mar2016	Jan15-Dez15	Fev15-Jan16	Mar15-Fev16	Abr15-Mar16
Indicadores Nacional								
IBC-Br / BCB	-0,17%	-0,68%	-0,29%		-4,23%	-4,64%	-4,63%	
Indústria - PIM-PF / IBGE	-0,82%	0,35%	-2,47%		-8,31%	-8,98%	-9,02%	
Comércio - PMC / IBGE	-2,29%	-1,88%	1,24%		-4,35%	-5,27%	-5,34%	
Serviços - PMS / IBGE					-3,57%	-3,73%	-3,74%	
IPCA / IBGE	0,96%	1,27%	0,90%	0,43%	10,67%	10,71%	10,36%	9,39%
Indicadores SP/RMSP/Mun.SP								
IBr-SP / BCB	0,43%	-1,33%	1,05%		-2,55%	-2,86%	-2,99%	
Indústria SP- PIM-PF/IBGE	-2,72%	1,14%	-2,13%		-11,01%	-11,74%	-12,01%	
Comércio SP- PMC/IBGE	-2,61%	-2,13%	1,42%		-3,54%	-4,48%	-4,59%	
Serviços SP- PMS/IBGE					-2,97%	-3,10%	-3,45%	
IPC / FIPE - Mun.SP	0,82%	1,37%	0,89%	0,97%	11,08%	10,81%	10,45%	10,74%

1.4 Arrecadação Estadual e Federal

A receita arrecadada de janeiro a março/2016 pelo Governo Federal foi de R\$ 315,1 bilhões, um crescimento nominal de 1,9% em relação ao mesmo período de 2015. O Imposto de Renda (Pessoa Jurídica e Física), arrecadou até março R\$ 89,0 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 2,5% em relação ao mesmo período de 2015 (Tabela 1.2).

No mês de março/2016, a arrecadação total foi de R\$ 95,8 bilhões, um aumento nominal de 1,8% em relação a março/2015.

A receita tributária arrecadada de janeiro a março/2016 pelo Governo do Estado de São Paulo foi de R\$ 42,6 bilhões, um crescimento nominal de 2,4% em relação ao mesmo período de 2015. Os principais itens da arrecadação estadual, o ICMS e o IPVA, arrecadaram (incluindo multas, juros e parcelamentos), respectivamente, até março, R\$ 30,4 bilhões e R\$ 10,5 bilhões, crescimento de 1,3% e 4,0% em relação ao mesmo período de 2015.

Tabela 1.3 - Arrecadação Estadual e Federal - em R\$ milhões

	Mar 2015 (I)	Mar 2016 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var.Real %	Jan-Mar 2015 (III)	Jan-Mar 2016 (IV)	Var.Nom% (IV / III)	Var.Real %
Arrecadação Federal								
TOTAL da RECEITA	94.112	95.779	1,8%	-7,0%	309.376	315.118	1,9%	-6,9%
<i>Principais itens</i>								
Imposto de Renda	24.936	24.931	0,0%	-8,6%	86.825	89.027	2,5%	-6,3%
Receita Previdenciária	26.927	28.851	7,1%	-2,1%	91.128	96.012	5,4%	-3,7%
Contribuições*	28.524	29.885	4,8%	-4,2%	86.826	90.743	4,5%	-4,5%
Arrecadação Estadual								
Rec. Tributária	12.603	12.980	3,0%	-5,9%	41.650	42.642	2,4%	-6,4%
<i>Principais itens</i>								
ICMS	9.944	10.144	2,0%	-6,7%	30.003	30.392	1,3%	-7,4%
IPVA	2.034	2.134	4,9%	-4,1%	10.058	10.462	4,0%	-4,9%

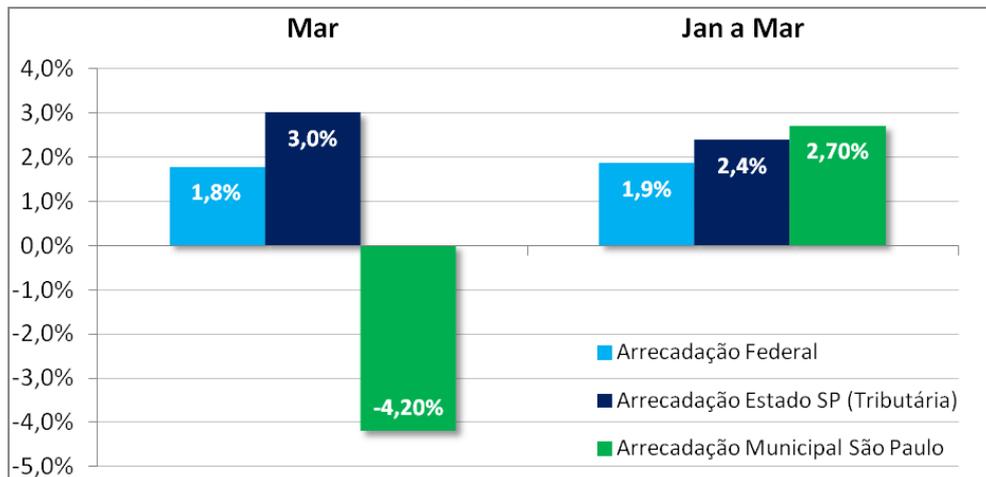
(*) COFINS, PIS/PASEP, CSLL e CIDE-COMBUSTÍVEIS.

Fonte: Arrecadação Estadual - http://www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2016/abril/download/tab12_mar%C3%A7o16.xls

Arrecadação Federal - Receita Federal <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

O Gráfico 1.12 compara as variações percentuais da arrecadação federal, estadual e do município em março/2016 e no período janeiro a março/2016 em relação ao mesmo período de 2015. Para mais detalhes da arrecadação municipal ver a próxima seção.

**Gráfico 1.12 - Arrecadação Federal, Estadual e Municipal de SP
Variação (%) 2016 em relação ao mesmo período de 2015**



Fonte: Arrecadação Estadual - http://www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2016/abril/download/tab12_mar%C3%A7o16.xls

Arrecadação Federal - Receita Federal <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

Arrecadação Municipal — SOF/SF

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Receita Arrecadada - PMSP

A receita arrecadada em janeiro a março/2016 pela administração direta (PMSP), descontadas as deduções da receita corrente, foi de R\$ 12,5 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 2,0% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015.

Em termos reais, a arrecadação da Prefeitura apresentou queda de 6,7% (Tabela 2.1). As receitas correntes (descontadas as deduções) apresentaram queda real de 7,0%, e as receitas de capital, crescimento real de 13,7%.

Tabela 2.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 28/04/2016)

	Orçado 2016 (I)	Jan-Mar 2015 (II)	Jan-Mar 2016 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes	44.682.042.743	12.839.243.896	13.068.801.764	1,8%	-6,9%	29,2%
IPTU	7.382.011.212	2.566.782.033	2.894.150.413	12,8%	3,1%	39,2%
ITBI	1.935.656.063	547.516.341	335.886.739	-38,7%	-43,9%	17,4%
ISS	12.095.211.808	2.797.475.670	2.989.094.400	6,8%	-2,3%	24,7%
Cota Parte ICMS ¹	7.264.380.369	1.740.581.304	1.680.300.355	-3,5%	-11,7%	23,1%
Cota Parte IPVA	2.501.199.996	1.664.221.441	1.761.741.364	5,9%	-3,2%	70,4%
IR	1.762.371.501	351.401.714	408.708.737	16,3%	6,3%	23,2%
FUNDEB	3.678.103.466	982.916.030	1.013.071.082	3,1%	-5,8%	27,5%
SUS	1.883.947.012	405.176.999	423.599.190	4,5%	-4,4%	22,5%
FPM	271.955.580	66.450.923	63.418.805	-4,6%	-12,8%	23,3%
Multas de Trânsito	1.057.355.322	212.903.976	300.795.678	41,3%	29,2%	28,4%
Demais Rec. Correntes	4.849.850.414	1.503.817.466	1.198.035.000	-20,3%	-27,2%	24,7%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(2.220.201.853)	(732.318.728)	(754.883.495)	3,1%	-5,8%	34,0%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	42.461.840.890	12.106.925.168	12.313.918.268	1,7%	-7,0%	29,0%
Rec. Capital (B)	7.825.329.472	179.636.766	223.352.222	24,3%	13,7%	2,9%
Rec. Arrecadados em Exercícios Anteriores (C)	89.933.210	-	-	-	-	0,0%
Total PMSP (D=A+B+C)	50.377.103.572	12.286.561.934	12.537.270.490	2,0%	-6,7%	24,9%
Adm. Indireta (E)	4.030.196.775	687.185.388	784.627.281	14,2%	4,4%	19,5%
Consolidado (D+E)	54.407.300.347	12.973.747.322	13.321.897.772	2,7%	-6,1%	24,5%

(1) Inclui valores do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e do Programa Especial de Pagamento - PEP

A receita arrecadada da PMSP (adm. direta) em janeiro a março correspondeu a 24,9% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 29,0% do orçado, as receitas de capital alcançaram apenas 2,9% do valor orçado para o ano. Somando-se a administração indireta, a arrecadação consolidada foi de R\$ 13,3 bilhões, um crescimento nominal de 2,7% frente ao mesmo período de 2015.

Em relação à queda nominal de 20,3% do item “Demais Rec. Correntes” deve-se considerar que de janeiro a fevereiro/2015 ocorreram ingressos extraordinários de receitas correntes, através dos quais foram contabilizados R\$ 431,0 milhões referentes à remuneração de valores mobiliários da Operação Urbana Água Espreada e aos recursos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal.

Considerando apenas o mês de março/2016, a arrecadação da administração direta (PMSP) foi de R\$ 3,7 bilhões, o que representou uma queda nominal de 5,0% em

relação a março/2015 (Tabela 2.2). As receitas correntes (descontadas as deduções) recuaram, nominalmente, 4,2% e as receitas de capital registraram queda de 39,9%.

A significativa queda de 63,2% nas receitas de ITBI deve-se à arrecadação extraordinária ocorrida em março/2015, último mês em que vigorou a alíquota de 2% (a partir do dia 30 de março/2015, a alíquota do imposto passou para 3%). Assim, a arrecadação de março/2015 foi excepcionalmente elevada em virtude de muitos contribuintes terem antecipado o pagamento do imposto para aproveitar a alíquota menor.

Outro destaque tem sido as receitas com mul -

Tabela 2.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 28/04/2016)

	Mar 2015 (II)	Mar 2016 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%
Rec. Correntes	4.083.257.690	3.920.109.670	-4,0%	-12,2%
IPTU	672.117.044	746.127.981	11,0%	1,5%
ITBI	351.416.143	129.702.437	-63,1%	-66,3%
ISS	832.072.225	889.687.503	6,9%	-2,3%
Cota Parte ICMS ¹	760.755.732	695.854.679	-8,5%	-16,4%
Cota Parte IPVA	322.613.729	325.233.591	0,8%	-7,8%
IR	117.313.080	134.277.967	14,5%	4,6%
FUNDEB	386.439.280	370.399.440	-4,2%	-12,4%
SUS	118.252.374	129.101.756	9,2%	-0,2%
FPM	17.873.064	16.009.158	-10,4%	-18,1%
Multas de Trânsito	70.590.702	97.483.051	38,1%	26,2%
Demais Rec. Correntes	433.814.319	386.232.107	-11,0%	-18,6%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(233.464.436)	(233.065.026)	-0,2%	-8,7%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	3.849.793.254	3.687.044.644	-4,2%	-12,4%
Rec. Capital (B)	81.398.549	48.957.863	-39,9%	-45,0%
Rec. Arrecadados em Exercícios Anteriores (C)	-	-	-	-
Total PMSP (D=A+B+C)	3.931.191.802	3.736.002.508	-5,0%	-13,1%
Adm. Indireta (E)	241.270.670	261.201.750	8,3%	-1,0%
Consolidado (D+E)	4.172.462.473	3.997.204.258	-4,2%	-12,4%

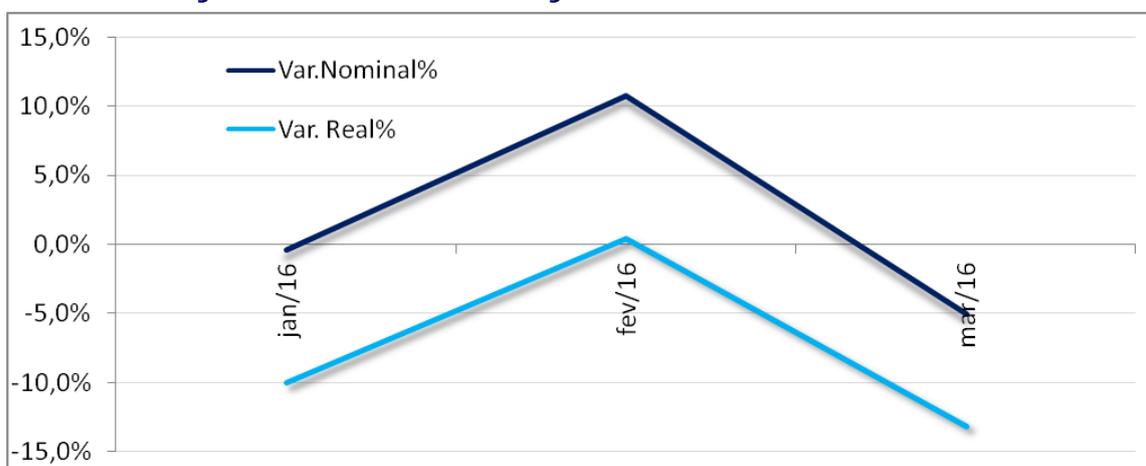
tas de trânsito, que em março/2016 foram R\$ 97,5 milhões (valor arrecadado líquido, já de descontadas as deduções), representando um crescimento de 38,1% em relação a março/2015

A arrecadação da administração indireta apresentou crescimento nominal de 8,3% (queda de 1,0% em termos reais) em relação a março/2015.

A receita consolidada (adm. direta e indireta) em março/2016 foi de R\$ 4,0 bilhões, o que representou uma queda nominal de 4,2% na comparação com março/2015.

O Gráfico 2.2 apresenta a variação mensal (nominal e real) em relação ao mesmo mês de 2015 da receita arrecadada pela administração direta - PMSP.

Gráfico 2.2 - Variação Mensal % em relação ao mesmo mês de 2015 - Receita PMSP



Fonte: SOF - posição 18/04/2016

2.2. Despesa Liquidada

A despesa liquidada até março de 2016 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 7,2 bilhões, representando um aumento nominal de 7,6% frente ao exercício anterior. No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou R\$ 9,7 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 8,7% em relação a 2015.

Tabela 2.3 - Comparativo da Despesa Acumulada

(Fonte: SOF, posição 20/04/2016)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2015	2016	Jan-Mar/2015	Jan-Mar/2016		
Despesas Correntes (I)	30.431.030.461	32.263.260.219	5.974.528.097	6.477.555.332	8,4%	-0,9%
Pessoal e Encargos Sociais	10.638.875.576	11.859.693.700	2.333.347.865	2.675.000.231	14,6%	4,8%
Juros e Encargos da Dívida	2.544.715.699	1.346.341.499	680.812.414	238.228.334	-65,0%	-68,0%
Outras Despesas Correntes	17.247.439.186	19.057.225.020	2.960.367.818	3.564.326.767	20,4%	10,1%
Despesas de Capital (II)	10.297.768.539	9.703.331.670	743.525.043	750.369.622	0,9%	-7,7%
Investimentos	8.502.661.871	7.755.153.354	340.801.329	201.594.216	-40,8%	-45,9%
Inversões Financeiras	4.374.547	18.411.000	0	0		
Amortização da Dívida	1.790.732.121	1.929.767.316	402.723.714	548.775.406	36,3%	24,6%
Reserva de Contingência (III)	1.000	1.502	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	40.728.800.000	41.966.593.391	6.718.053.140	7.227.924.954	7,6%	-1,6%
CMSP + TCMSP (B)	824.770.000	815.738.000	138.305.054	146.578.325	6,0%	-3,1%
Adm. Indireta (C)	9.839.993.121	11.624.968.956	2.038.959.540	2.294.608.888	12,5%	2,9%
Consolidado (A+B+C)	51.393.563.121	54.407.300.347	8.895.317.734	9.669.112.167	8,7%	-0,6%

A queda em “Juros e Encargos da Dívida” e aumento em “Amortização da Dívida” (Tabela 2.3) são consequências da renegociação da dívida do Município com a União, amparada pela Lei Complementar 148/2014 e formalizada com a assinatura em 26/02/2016 de aditivo contratual que reduziu o saldo devedor de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões. Além da redução do saldo devedor, foram alteradas as condições de pagamento dos encargos da dívida. Em vez do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) acrescido de juros de 9% ao ano, a dívida passou a ser gerida pelo IPCA acrescido de juros de 4% ao ano, limitados à variação da taxa SELIC.

Tabela 2.4 - 10 maiores ações de Outras Despesas Correntes - PMSP

(Fonte: SOF, posição 20/04/2016)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Mar/2016	Part. % no Grupo
4125	Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	724.445.446	20%
4701	Compensações tarifárias do sistema de ônibus	539.200.000	15%
2825	Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	338.875.301	10%
4103	Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	244.699.584	7%
4113	Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS	193.022.510	5%
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	166.271.053	5%
2100	Administração da Unidade	150.210.629	4%
2822	Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino	146.474.407	4%
6825	Contribuição Formação Patrimônio Servidor Público - PASEP	86.444.356	2%
6206	Operação e manutenção dos Espaços de convivência e fortalecimento de vínculos - crianças, adolescentes, jovens e	83.816.329	2%
Total 10 maiores		2.673.459.615	75%
Total Outras Despesas Correntes		3.564.326.767	100%

No grupo “Outras Despesas Correntes” da Administração Direta (PMSP), que totalizou R\$ 3,6 bilhões até março de 2016, destacam-se as ações de “Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia”, com total liquidado de R\$ 724,4 milhões, “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, com R\$ 539,2 milhões, e “Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias”, com R\$ 338,9 milhões.

A Tabela 2.4 ilustra as 10 ações que possuem os maiores valores liquidados no grupo “Outras Despesas Correntes”, representando 75% das despesas liquidadas nesse grupo.

Em relação ao grupo “Investimentos”, com total liquidado até março de R\$ 201,6 milhões, destacam-se as despesas com “Condenações Judiciais - Outras Espécies”⁽³⁾ (R\$ 79,8 milhões), Intervenções no Sistema Viário (R\$ 33,3 milhões) e “Construção e Instalação do Hospital Municipal Parelheiros (R\$ 19,0 milhões).

Tabela 2.5 - Investimentos - PMSP

(Fonte: SOF, posição 20/04/2016)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Mar/2016	Part. % no Grupo
35	Condenações Judiciais - Outras Espécies	79.771.260	40%
5100	Intervenções no Sistema Viário	33.260.883	16%
1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parelheiros	18.999.329	9%
5607	Eficientização da Rede de Iluminação Pública	15.184.288	8%
3371	Instalação de Unidades da Rede Hora Certa	14.047.024	7%
5160	Implantação de Novos Pontos de Iluminação Pública	12.626.752	6%
3357	Urbanização de Favelas	9.901.093	5%
2839	Transferência de Recursos Financeiros para as Unidades Educacionais	3.245.683	2%
3101	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	2.976.407	1%
4103	Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	2.755.836	1%
Total 10 maiores		192.768.555	96%
Total Investimentos		201.594.216	100%

(3) Condenações Judiciais - Outras Espécies referem-se aos pagamentos de precatórios que não são de natureza alimentar, ou seja, não são decorrentes de ações judiciais referentes a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez. São decorrentes das demais ações, como referentes a desapropriações e tributos.

Considerando apenas o mês de março, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 2,8 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 7,4% em relação ao mesmo mês de 2015 (Tabela 2.6). Em termos reais, houve queda de 1,8%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 3,7 bilhões, alta de 7,3% em comparação a março do ano anterior.

Tabela 2.6 - Comparativo da Despesa Mensal

(Fonte: SOF, posição 22/03/2016)

	Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	Mar/2015	Mar/2016		
Despesas Correntes (I)	2.262.233.189	2.540.599.067	12,3%	2,7%
Pessoal e Encargos Sociais	771.942.744	862.848.653	11,8%	2,2%
Juros e Encargos da Dívida	225.854.709	98.283.334	-56,5%	-60,2%
Outras Despesas Correntes	1.264.435.735	1.579.467.079	24,9%	14,2%
Despesas de Capital (II)	352.481.799	268.288.448	-23,9%	-30,4%
Investimentos	210.825.219	126.996.564	-39,8%	-44,9%
Inversões Financeiras	0	0		
Amortização da Dívida	141.656.580	141.291.884	-0,3%	-8,8%
Reserva de Contingência (III)	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	2.614.714.988	2.808.887.515	7,4%	-1,8%
CMSP + TCMSP (B)	50.418.846	52.101.423	3,3%	-5,5%
Adm. Indireta (C)	791.313.298	846.530.107	7,0%	-2,2%
Consolidado (A+B+C)	3.456.447.132	3.707.519.045	7,3%	-1,9%

As Tabelas 2.7 e 2.8 contêm as despesas liquidadas acumuladas até março de 2015 e 2016 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.7 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 20/04/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
11	Secretaria do Governo Municipal	411.645.874	206.209.072	29.577.446	22.584.364	-23,6%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	685.290.224	383.212.400	37.430.321	38.810.654	3,7%
13	Secretaria Municipal de Gestão	251.858.428	18.289.920	29.828.829	24.075.206	-19,3%
14	Secretaria Municipal de Habitação	749.416.037	573.759.658	29.025.581	40.038.804	37,9%
16	Secretaria Municipal de Educação	11.096.151.037	1.110.578.939	1.815.519.609	1.889.369.418	4,1%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	471.734.100	28.995.750	56.115.122	61.826.355	10,2%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	586.006.560	350.655.148	27.626.900	33.253.357	20,4%
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.248.510.385	17.836.018	449.809.514	627.643.751	39,5%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	248.633.687	1.794.377	41.731.822	45.179.841	8,3%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.828.582.666	1.714.124.821	8.833.990	10.243.694	16,0%
23	Secretaria Municipal de Serviços	69.690.675	11.793.968	6.344.895	8.064.118	27,1%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	203.437.962	34.874.731	27.172.248	26.466.676	-2,6%
25	Secretaria Municipal de Cultura	501.025.834	165.296.588	39.271.974	41.291.670	5,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	169.270.706	53.075.203	21.725.089	22.191.805	2,1%
28	Encargos Gerais do Município	7.087.995.429	27.440.441	1.872.270.938	1.702.339.195	-9,1%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	156.197.370	71.441.810	11.760.099	13.871.801	18,0%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	9.149.971	1.323.625	1.067.412	1.122.648	5,2%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.171.655	5.247.710	3.338.727	3.422.995	2,5%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	83.306.832	18.062.051	6.534.623	10.577.305	61,9%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	21.685.961	8.084.636	1.677.509	2.477.867	47,7%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.659.042.435	1.082.398.895	145.297.455	50.331.977	-65,4%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	498.225.882	13.643.187	83.050.673	112.808.308	35,8%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	28.685.037	15.064.530	1.072.784	1.398.837	30,4%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	33.247.055	17.801.000	660.936	679.396	2,8%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
41	Subprefeitura Perus	32.172.103	9.135.079	3.992.676	3.757.694	-5,9%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	43.325.429	9.671.322	5.719.964	5.505.784	-3,7%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	38.918.548	7.773.054	5.081.537	4.229.907	-16,8%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.700.034	10.814.831	3.013.234	2.800.837	-7,0%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	38.856.699	7.385.424	4.692.839	4.942.143	5,3%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.605.107	11.207.385	4.569.582	4.647.916	1,7%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.889.432	11.480.653	5.492.607	4.423.435	-19,5%
48	Subprefeitura Lapa	38.321.505	5.879.684	5.276.340	4.745.241	-10,1%
49	Subprefeitura Sé	75.415.513	8.273.832	9.201.855	9.221.756	0,2%
50	Subprefeitura Butantã	48.933.915	9.047.465	6.171.193	5.308.844	-14,0%
51	Subprefeitura Pinheiros	39.642.122	3.532.199	6.805.225	6.588.727	-3,2%
52	Subprefeitura Vila Mariana	36.295.324	4.539.991	5.239.842	5.723.394	9,2%
53	Subprefeitura Ipiranga	45.780.827	6.701.667	6.034.502	6.088.105	0,9%
54	Subprefeitura Santo Amaro	40.118.013	7.292.530	4.689.496	4.459.730	-4,9%
55	Subprefeitura Jabaquara	32.227.663	6.282.435	3.984.792	4.159.439	4,4%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	39.870.208	14.950.197	3.905.927	4.080.755	4,5%
57	Subprefeitura Campo Limpo	54.780.051	8.580.942	7.430.724	7.392.736	-0,5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	49.225.817	12.664.436	4.992.832	5.034.131	0,8%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	50.730.280	16.139.382	4.307.206	4.218.291	-2,1%
60	Subprefeitura Parelheiros	37.075.215	12.707.800	3.655.931	3.765.397	3,0%
61	Subprefeitura Penha	49.397.348	8.795.466	6.357.109	6.115.355	-3,8%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.919.917	7.755.262	4.092.622	3.624.555	-11,4%
63	Subprefeitura São Miguel	47.874.295	9.214.359	6.447.749	6.268.424	-2,8%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	40.023.575	9.264.586	4.606.383	5.144.235	11,7%
65	Subprefeitura Moóca	47.366.377	9.410.248	5.457.447	5.726.380	4,9%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	41.845.856	9.442.011	5.284.381	4.862.491	-8,0%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
67	Subprefeitura Itaquera	47.743.123	9.353.335	6.110.623	6.395.873	4,7%
68	Subprefeitura Guaianases	45.121.420	11.052.098	5.917.676	5.598.212	-5,4%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.592.027	8.170.122	4.341.703	4.312.726	-0,7%
70	Subprefeitura São Mateus	59.377.637	10.106.637	6.105.613	6.669.431	9,2%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	32.895.617	10.355.526	3.021.710	2.960.661	-2,0%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.347.488	11.036.178	1.971.488	2.519.968	27,8%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	20.811.702	3.075.348	2.254.992	2.632.819	16,8%
75	Fundo Municipal de Parques	2.000	2.000	0	0	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	71.877.059	6.401.817	12.277.675	10.957.441	-10,8%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	22.179.438	6.926.378	1.588.349	2.028.640	27,7%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.677.738.415	638.399.280	1.388.711.438	1.728.505.424	24,5%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	367.500.000	311.329.062	0	0	
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.067.194.410	108.198.810	144.275.061	207.642.301	43,9%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	463.480	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	2.584.398	1.203.990	0	0	
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	126.517.320	1.151.000	9.577.793	14.243.259	48,7%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.154.025.525	188.020.365	194.369.464	226.498.881	16,5%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	109.226.540	832.000	5.616.259	15.354.066	173,4%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	780.000	96.000	0	0	
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	1.000	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000	2.330.000	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000	270.640.507	0	0	
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	541.143.817	115.537.301	48.664.811	68.699.511	41,2%
Total PMSP		41.966.593.391	7.883.628.954	6.718.053.140	7.227.924.954	7,6%

Tabela 2.8 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 20/04/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
1	Autarquia Hospitalar Municipal	1.484.901.755	164.702.250	252.609.751	282.072.916	11,7%
2	Hospital do Servidor Público Municipal	309.060.585	16.941.985	50.841.849	55.988.521	10,1%
3	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	7.154.611.720	300.353.202	1.349.398.155	1.506.370.413	11,6%
4	Serviço Funerário do Município de São Paulo	179.500.000	44.500.000	24.363.226	23.068.293	-5,3%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	29.217.904	13.549.623	1.141.254	2.297.789	101,3%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.967.968.877	57.060.132	314.914.677	368.474.066	17,0%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	261.805.337	122.052.657	13.749.771	16.965.567	23,4%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.151.883	8.569.000	30.937.536	38.111.314	23,2%
91	Fundo Municipal de Habitação	116.750.895	66.308.933	1.003.322	1.260.009	25,6%
Total Adm. Indireta		11.624.968.956	794.037.783	2.038.959.540	2.294.608.888	12,5%

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas até março de 2016 somaram R\$ 1,5 bilhão. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 703,0 milhões, incorrendo em déficit de aproximadamente R\$ 803,4 milhões, 11,2% maior que o déficit acumulado até março de 2015 (Tabela 2.9).

Tabela 2.9 - Déficit IPREM - em R\$Fonte: Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

	Orçado 2016	(I) Jan-Mar/2015	(II) Jan-Mar/2016	(III)	Var.% (III / II)
Receitas (I)	3.332.353.202	626.783.599	702.964.634		12,2%
Despesas (II)	7.154.611.720	1.349.398.155	1.506.370.413		11,6%
Déficit (II - I)	3.822.258.518	722.614.556	803.405.779		11,2%

3. Despesas da CMSP e do TCMSP

Conforme o art. 29-A da Constituição Federal - CF, o total de despesas do Legislativo Municipal não poderá ultrapassar, no caso de São Paulo, município com população acima de 8 milhões de habitantes, 3,5% da base de receita, relativa ao ano anterior, com-

posta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Carta Magna. Até 2009, o limite de despesas era de 5% da mesma base de receitas.

Tabela 3.1 - Despesas Liquidadas CMSP e TCMSP – em R\$

Órgão	Mar/2016	Jan-Mar/2016
CMSP + FECAM	36.663.304	101.306.037
TCMSP + FETCM	15.438.119	45.272.288
Total	52.101.423	146.578.325

Fonte: www.camara.sp.gov.br; www.tcm.sp.gov.br

Em março de 2016, as despesas liquidadas pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) somaram R\$ 36,7 milhões e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), R\$ 15,4 milhões, já considerando os respectivos fundos especiais, totalizando R\$ 52,1 milhões no mês.

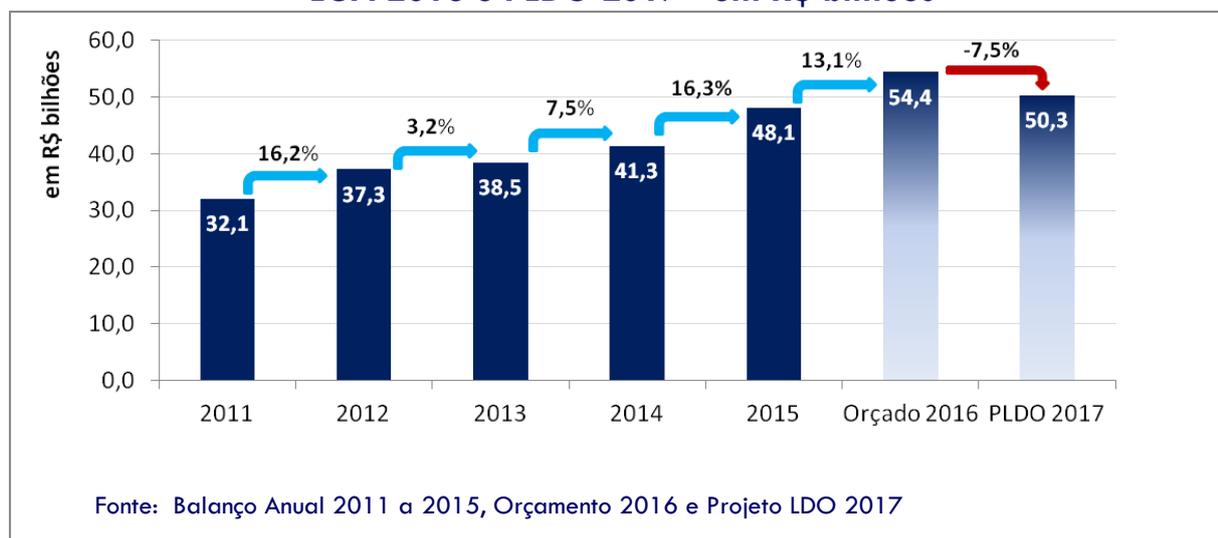
No acumulado do ano, os valores liquidados pela CMSP alcançaram R\$ 101,3 milhões e pelo TCMSP, R\$ 45,3 milhões, um total de R\$ 146,6 milhões (Tabela 3.1).

4. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo no dia 15/abril o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o ano de 2017. Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO estabelece, também, orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro subsequente e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O Projeto de LDO estima para o ano de 2017 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 50,3 bilhões (Gráfico 4.1), o que representaria um valor 7,5% menor que o orçamento aprovado para 2016 e 4,6% maior que o arrecadado em 2015.

Gráfico 4.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2015, LOA 2016 e PLDO 2017 - em R\$ bilhões



Os valores estimados baseiam-se no Orçamento 2016, no comportamento da arrecadação em 2016 e na projeção para 2017 de um cenário macroeconômico, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 0,50%, do PIB do setor de serviços de 0,35% e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 6,00%. Os valores que constituem esse cenário basearam-se nos dados do Relatório *Focus* produzido pelo Banco Central (posição em 04/03/2016).

Ressalta-se que o valor definitivo para o orçamento de 2017 ainda será determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante na LDO apenas de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

A queda da receita prevista com relação ao orçado para 2016 deve-se, principalmente, às estimativas para as receitas de capital, das quais se espera uma redução de 70,9% (ou de R\$ 5,7 bilhões em termos nominais). Apesar da queda, os valores projetados para receitas de capital, particularmente das 'Transferências de Capital', são significativamente superiores aos realizado em 2015. As 'Transferências de Capital' projetadas na proposta de LDO representam um aumento de 83,2% (ou de R\$ 1,1 bilhão) em relação ao arrecadado em 2015. Não consta na LDO 2017 previsão para a realização de "Operações de Crédito" no triênio 2017-2019.

Tabela 4.1 - Receita Orçamentária no Município de São Paulo: Realizado 2014, LOA 2015 e LDO 2016 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2017			Var.% B/A
	2015	2016 (A)	2017 (B)	2018	2019	
Receita Total (= I + II + III + IV + V)	48.102.298	54.407.300	50.332.393	54.104.556	56.979.601	-7,5%
Receitas Correntes (I)	46.975.994	46.455.511	47.367.331	51.043.869	54.213.850	2,0%
Receita Tributária	22.450.543	23.447.700	24.264.774	26.556.000	28.277.226	3,5%
Receita de Contribuições	1.491.923	1.768.764	2.028.100	2.221.997	2.433.430	14,7%
Receita Patrimonial	2.305.316	995.385	1.420.025	1.577.295	1.738.273	42,7%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	554.970	530.238	550.129	580.481	609.660	3,8%
Transferências Correntes	13.258.358	16.862.159	16.284.292	17.253.911	18.283.186	-3,4%
Outras Receitas Correntes	5.016.056	2.851.265	2.820.011	2.854.185	2.922.075	-1,1%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (II)	-	89.933	466.563	544.323	155.521	418,8%
Deduções de Transferências Correntes (III)	-2.075.567	-2.220.202	-2.060.655	2.363.531	2.599.210	-7,2%
Receitas de Capital (IV)	1.273.730	8.025.199	2.333.463	-2.177.791	-2.303.506	-70,9%
Operações de Crédito	19.286	101.980	-	-	-	-100,0%
Alienações de Bens	80.816	763.086	6.320	6.767	7.248	-99,2%
Amortizações de Empréstimos	18.603	105.995	20.708	22.172	23.746	-80,5%
Transferências de Capital	603.265	3.884.757	1.524.994	1.533.505	1.518.296	-60,7%
Outras Receitas de Capital	551.760	3.169.381	781.441	686.303	677.547	-75,3%
Receitas Intra Orçamentárias (V)	1.928.141	2.056.858	2.225.691	81.876	87.689	8,2%

Fonte: Projeto de LDO 2017, LOA 2016 e Balanço Anual 2015

Para as receitas correntes, o projeto de LDO 2017 estima um crescimento nominal de 2,0% em relação ao orçado 2016. Para a 'Receita Tributária' é esperado um crescimento de 3,5%, percentual inferior a taxa de inflação (IPCA) prevista para 2017. Quanto às receitas de transferências correntes, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se queda de 3,4% em relação ao orçado 2016.

Pelo lado das despesas, a proposta de LDO projeta despesas de capital no valor de R\$ 5,5 bilhões, o que representa uma queda de 45,9% em relação ao orçado 2016. O principal componente das despesas de capital são os investimentos, para os quais estão previstas despesas no valor de R\$ 3,0 bilhões, o que representa uma queda de 63,5% em relação ao orçado para 2016 (Tabela 4.2). Os investimentos projetados na proposta de LDO para 2017 representam uma queda de 33,4% (ou de R\$ 1,5 bilhão) em relação ao realizado em 2015.

Tabela 4.2 - Despesa Orçamentária no Município de São Paulo: Empenhado 2015, LOA 2016 e PLDO 2017 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2017			Var.% B/A
	2015	2016 (A)	2017 (B)	2018	2019	
Despesa Total (= IV + V + VI)	47.047.575	54.407.300	50.332.393	54.104.557	56.979.601	-7,5%
Despesas Correntes (IV)	40.764.949	44.244.314	44.835.369	48.006.800	51.259.682	1,3%
Pessoal e Encargos	18.434.158	20.478.214	21.465.475	23.565.554	25.686.194	4,8%
Juros e Encargos da Dívida	1.580.134	1.346.877	1.374.198	1.237.985	1.210.065	2,0%
Outras Despesas Correntes	20.750.657	22.419.223	21.995.696	23.203.260	24.363.423	-1,9%
Despesas de Capital (V)	6.282.626	10.162.985	5.496.024	6.096.757	5.718.919	-45,9%
Investimentos	4.488.669	8.184.406	2.989.963	3.805.030	3.312.394	-63,5%
Inversões Financeiras	130.384	46.131	50.000	50.000	50.000	8,4%
Amortizações da Dívida	1.663.573	1.932.448	2.456.061	2.241.727	2.356.525	27,1%
Reserva de Contingência (VI)		2	1.000	1.000	1.000	66478%

Fonte: Projeto de LDO 2017, LOA 2016 e Balanço Anual 2015

Projeta-se para as despesas correntes expansão de 1,3%, sendo que para 'Pessoal e Encargos' se estima crescimento de 4,8% e para 'Outras Despesas Correntes' queda de 1,9% em relação ao orçado 2016. Para o pagamento dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) está previsto alta de 2,0% em relação ao orçado 2016. Na soma dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) com 'Amortizações da Dívida' (despesa de capital), os pagamentos totais da dívida devem subir 16,8% (de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,8 bilhões).

Deve-se ressaltar que o valor orçado para 2016 já contemplava a redução prevista nos pagamentos da dívida decorrente da aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 e de posterior termo aditivo ao contrato renegociação da dívida do município com a União. A assinatura de tal termo, em 26/02/2016, representou uma redução de R\$ 46,45 bilhões (de R\$ 74,0 bilhões para R\$ 27,5 bilhões) do saldo devedor, além da alteração das taxas de juros aplicadas o seu valor. Em substituição às condições anteriores, em que a dívida era corrigida por juros de 9% ao ano

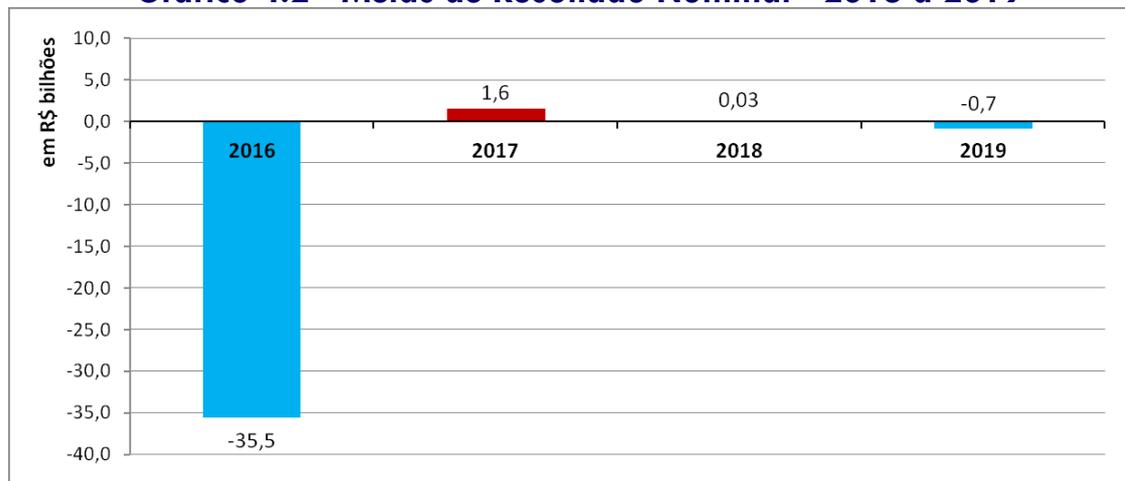
mais variação do IGP-DI, o termo aditivo estabelece juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor.

Metas Fiscais

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

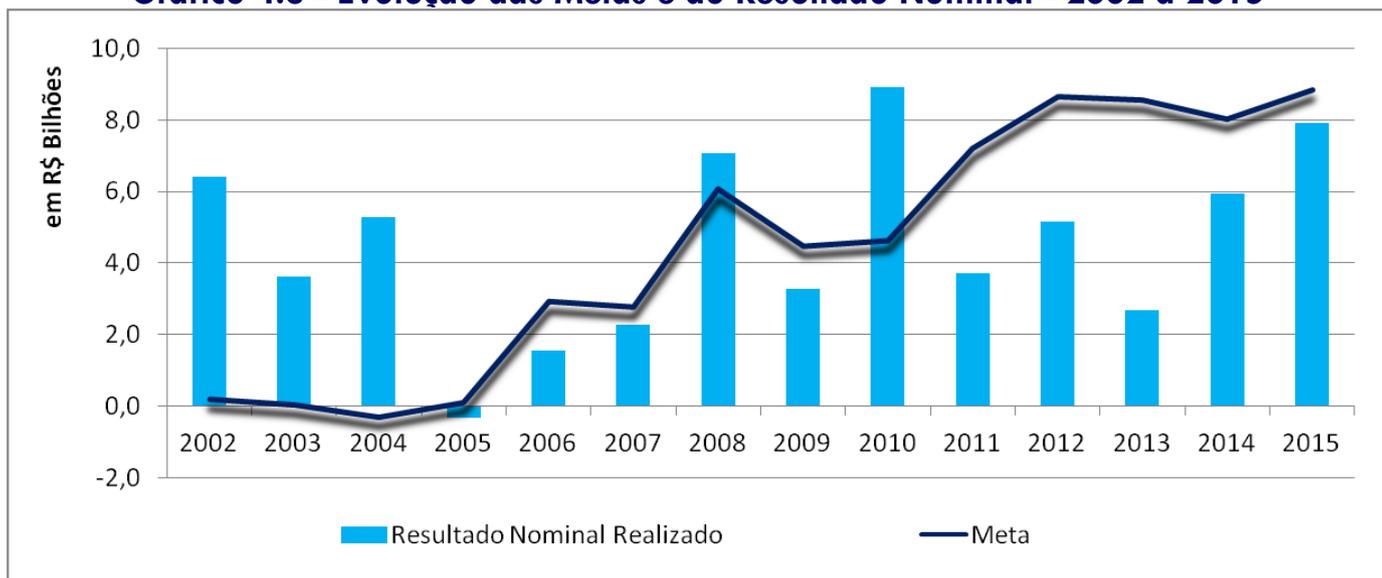
O resultado nominal é definido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. Em função da LC nº 148/2014 e da expectativa de assinatura de termo aditivo ao contrato da dívida do município com a União, a meta de resultado nominal para 2016 estabelecida pela LDO 2016 havia sido de um valor negativo (diminuição da dívida) de grande magnitude, R\$ 35,5 bilhões. A PLDO 2017 define as metas de resultado nominal para os anos de 2017 a 2019, conforme mostra o Gráfico 4.2.

Gráfico 4.2 - Metas de Resultado Nominal - 2016 a 2019



Fonte: LDO 2016 e PLDO 2017

Para 2017, o projeto estabelece uma meta de R\$ 1,58 bilhão para o crescimento da dívida fiscal líquida. Para 2018 e 2019, as metas representam uma relativa estabilização da dívida (respectivamente, crescimento de R\$ 25,4 milhões e queda de R\$ 706,9 milhões)

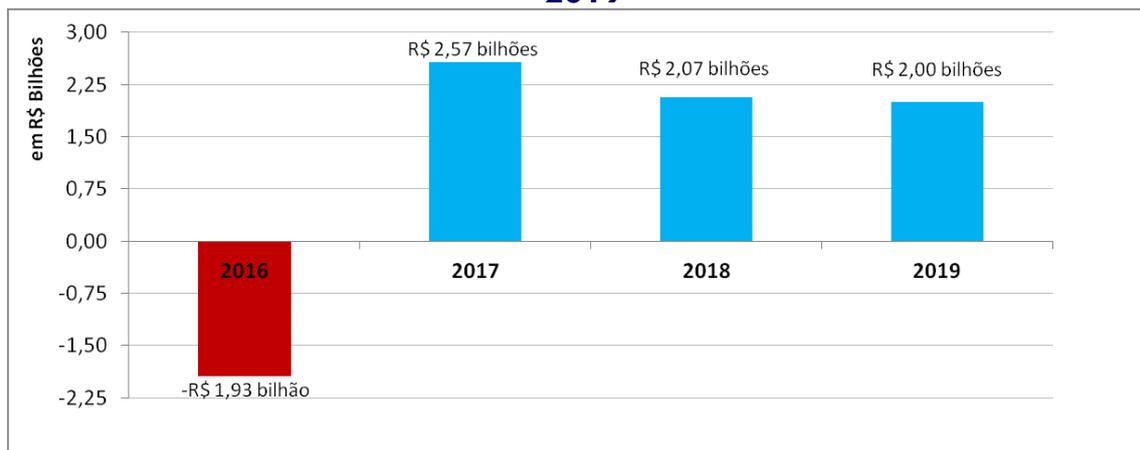
Gráfico 4.3 - Evolução das Metas e do Resultado Nominal - 2002 a 2015

Fonte: Projeto LDO 2016

Além de definir a meta, a LDO também avalia o seu cumprimento no ano anterior. Em 2015, o resultado nominal foi de R\$ 7,91 bilhões. Apesar de cumprir a meta de R\$ 8,84 bilhões, esse valor foi R\$ 1,98 bilhão superior ao resultado nominal registrado em 2014.

O Gráfico 4.3 apresenta a evolução de 2002 a 2015 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado. Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como em outros anos (2008 e 2010) nos quais a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajustava o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que a dívida municipal crescesse com maior intensidade.

Ainda conforme a LRF, outro indicador para o qual a LDO deve definir meta é o resultado primário, que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal. A PLDO 2017 estabelece para o próximo ano meta de resultado primário de R\$ 2,57 bilhões, o que corresponde a 5,1% do total da receita estimada para o próximo ano.

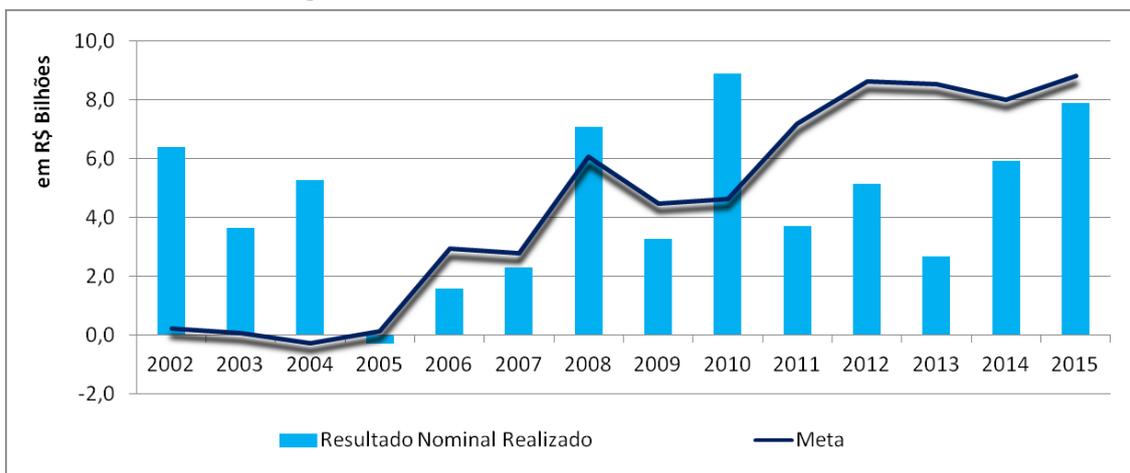
Gráfico 4.4 - PLDO 2017 - Metas de Resultado Primário 2016, 2017, 2018 e 2019

Fonte: Projeto LDO 2017

Além de estabelecer metas para os anos de 2017 a 2019, o projeto altera a meta de resultado primário anteriormente definida na LDO 2016 para o exercício de 2016. O PLDO 2017 reduz a meta de resultado primário de R\$ 1,75 bilhão superavitário para um déficit de R\$ 1,93 bilhão (Gráfico 4.4). O Executivo justificou a alteração da meta em razão do ingresso de cerca de R\$ 1,4 bilhão depositado pela Prefeitura em cumprimento a acordo judicial relativo à renegociação da dívida do Município com a União. O reingresso desse recurso significaria o reconhecimento de uma receita extraordinária, que, portanto, eleva a disponibilidade de caixa do Tesouro Municipal, sem representar aumento da receita primária (orçamentária). Outra justificativa dada pelo Executivo é a reprogramação de cronograma de dispêndios de recursos ligados às operações urbanas e de utilização de saldos de recursos arrecadados em exercícios anteriores de fundos municipais (especialmente Fundurb e Fumcad), que resultarão na existência de despesas primárias sem igual reflexo nas receitas primárias no exercício 2016.

O Gráfico 4.5 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

A LOA 2016 estipulou uma meta de resultado primário de R\$ 100 milhões para o ano de 2015. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 2,44 bilhões (5,1% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

Gráfico 4.5 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2015

Fonte: Projeto LDO 2017

Prioridades e Metas

Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido”¹, e prioridade “é a hierarquia a que devem submeter-se as metas”¹.

As metas e prioridades listadas no projeto de LDO para o exercício de 2017 são ações que fazem parte do Plano Plurianual - PPA 2014-2017. Estão incluídas no “Anexo de Metas e Prioridades” apenas 48 das 301 ações que compõem o PPA 2014-2017.

O PLDO 2017 prevê despesas no montante de R\$ 50,3 bilhões, sendo que as metas e prioridades listadas respondem por R\$ 3,0 bilhões, ou 6,0% do total. Destaca-se que 10 ações concentram 73,4% do total de recursos previstos para as metas e prioridades. A Tabela 4.3 apresenta todas as ações listadas no PLDO2017 como prioridade, comparando o valor definido no projeto com o valor executado dessas ações de 2014 até 2016 (até 26/abril) e com o valor definido no PPA2014-2017.

(1) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

Tabela 4.3 - Metas e Prioridades - Execução Orçamentária 2014 a 2016 (até 26/abr), PLDO 2017 e PPA 2014-2017 - em R\$

Ação	Empenho 2014-2016 (A)	PLDO 2017 (B)	PPA 2014-2017 (C)	% (A+B)/C
5013 - Intervenções de Controle De Cheias em Bacias de Córregos	1.150.715.503	450.000.000	4.493.039.856	35,6%
3378 - Implantação e Requalificação de Corredores	710.169.996	350.000.000	6.326.115.965	16,8%
3387 - Operação Urbana Água Espreada	562.559.523	280.663.020	1.618.649.709	52,1%
3360 - Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	107.288.746	270.000.000	620.000.000	60,9%
3357 - Urbanização de Favelas	712.252.276	208.742.606	702.398.736	131,1%
3382 - Construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães	2.653	165.000.000	220.000.000	75,0%
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	489.584.109	150.000.000	1.413.724.486	45,2%
3366 - Construção e Instalação De Hospitais	103.281.063	120.000.000	603.500.000	37,0%
3356 - Regularização Fundiária	162.788.061	107.219.480	345.445.094	78,2%
3355 - Execução do Programa De Mananciais	180.725.860	100.000.000	4.264.169.767	6,6%
3359 - Construção de Centros De Educação Infantil - CEI	317.146.716	82.500.000	1.259.447.630	31,7%
2825 - Operação e Manutenção De CEIs e Creches da Rede Conveniada E Outras Modalidades De Parcerias	3.935.532.120	76.615.282	4.864.969.620	82,5%
3404 - Reforma e Adequação de Parques e Unidades de Conservação Municipais	9.613.454	73.914.026	251.176.026	33,3%
4312 - Fomento às Linguagens Artísticas	133.384.440	67.926.347	251.659.588	80,0%
1193 - Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	36.082.406	60.000.000	488.701.643	19,7%
3369 - Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	82.713.375	48.000.000	285.000.000	45,9%
5194 - Operação Urbana Centro	2.760.000	48.000.000	5.000.000	1015,2%
1169 - Reforma e Acessibilidade em Passeios Públicos	14.956.868	41.515.000	184.785.000	30,6%
3358 - Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	155.088.468	32.657.393	271.293.757	69,2%
4306 - Inserção das Famílias no Cadastro Único	61.926.762	31.917.847	118.252.087	79,4%
3377 - Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	111.000.000	30.000.000	80.000.000	176,3%
3372 - Reforma, Recuperação e Adequação de Hospitais	28.612.898	29.512.000	222.768.000	26,1%
3367 - Construção e Instalação de Unidades Básicas Integrais de Saúde	64.658.936	27.500.000	236.500.000	39,0%
1240 - Modernização Semafórica	167.338.651	20.000.000	206.107.829	90,9%
4310 - Eventos Culturais	37.644.689	14.644.660	54.256.844	96,4%
4318 - Ações do Plano Juventude Viva	7.398.258	13.081.497	46.526.740	44,0%
4304 - Promoção de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer por 24 Horas	11.599.558	12.000.000	42.315.964	55,8%
3391 - Implantação de Ecopontos	5.273.555	10.000.000	64.588.400	23,6%
4311 - Execução do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais	18.158.102	9.387.602	34.780.028	79,2%
3364 - Construção e Instalação de Centros de Atenção Psicossocial	109.422	9.164.000	64.140.000	14,5%

Ação	Empenho 2014-2016 (A)	PLDO 2017 (B)	PPA 2014-2017 (C)	% (A+B)/ C
3400 - Construção, Requalificação ou Reforma de Equipamentos Culturais	13.966.698	8.950.000	76.458.000	30,0%
3401 - Implantação de Pontos e Pontões de Cultura - Cultura Viva	7.132.000	8.750.000	34.600.000	45,9%
4319 - Ações Permanentes de Combate à Homofobia	11.018.353	8.274.595	27.939.524	69,1%
3365 - Construção e Instalação de Centros Especializados de Reabilitação (Cer)	200.000	7.676.000	68.096.000	11,6%
1241 - Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	124.230.936	5.000.000	137.938.497	93,7%
3511 - Reforma de Equipamentos Esportivos	82.926.635	5.000.000	46.060.000	190,9%
4658 - Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário	165.265.906	3.000.000	295.805.029	56,9%
4313 - Formalização de Microempreendedores Individuais	749.872	2.726.066	10.099.772	34,4%
4309 - Bolsa Cultura	2.831.760	2.581.590	9.564.508	56,6%
6669 - Educação Ambiental	6.355.116	1.996.625	7.397.277	112,9%
8401 - Realização de Conferências Municipais Temáticas	3.581.690	1.947.927	7.216.856	76,6%
4327 - Capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino - Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008	275.225	1.000.000	4.000.000	31,9%
2142 - Ações de Educação em Direitos Humanos	2.273.280	809.612	3.606.054	85,5%
8411 - Implementação de uma Política Municipal para Migrantes	2.138.400	765.089	3.239.524	89,6%
5840 - Implantação de Serviços de Acolhimento Institucional à População em Situação de Rua	6.466.578	700.000	4.867.382	147,2%
4321 - Ações Permanentes de Integração e Promoção Social e Econômica da População em Situação de Rua	1.887.698	422.442	4.304.028	53,7%
2101 - Implantação e Manutenção da Iniciativa São Paulo Aberta	1.154.380	310.100	1.240.400	118,1%
4326 - Reestruturar as Casas de Mediação nas Inspetorias Regionais da GCM	99.200	140.814	521.700	46,0%
Total	9.812.920.192	3.000.011.620	30.382.267.321	42,2%

Fonte: Projeto LDO 2017, PPA 2014-2017 e SOF

A Tabela 4.3 mostra que a execução orçamentária das ações listadas no PLDO 2017 totalizou R\$ 9,8 bilhões entre 2014 (primeiro ano do PPA vigente) e 2016 (até 26/abril), valor que somado à execução prevista no PLDO para 2017 representará apenas 42,2% do total projetado no PPA 2014-2017.

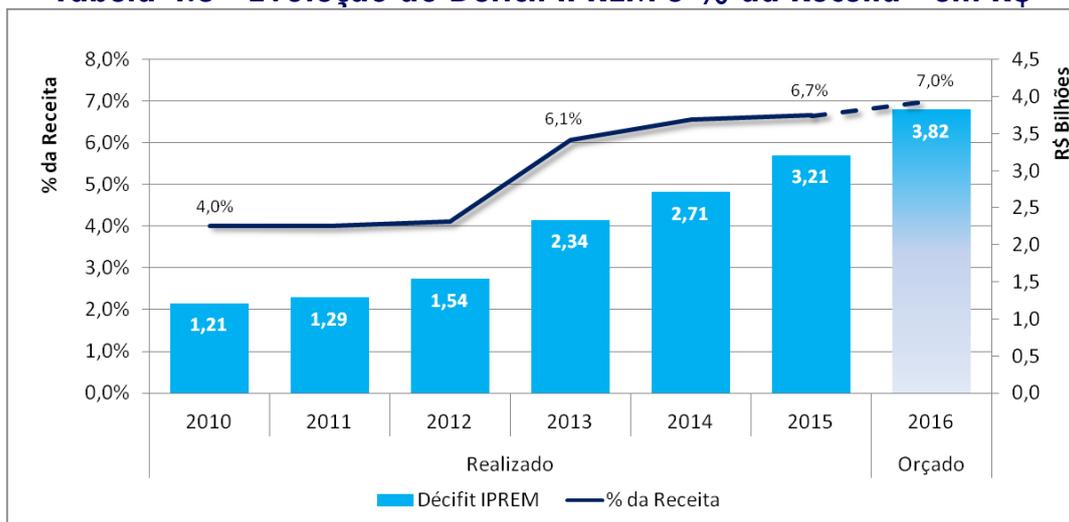
Em termos de recursos orçamentários, as maiores prioridades do PLDO2017 são as ações: Intervenções de Controle de Cheias em Bacias de Córregos (R\$ 450 milhões); Implantação e Requalificação de Corredores (R\$ 350 milhões); Operação Urbana Água Espreada (R\$ 280,7 milhões) e Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU (R\$ 270 milhões). Conjuntamente essas 4 ações representam 45% do valor total especificado no PLDO2017 como prioridade.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

A LDO, conforme estabelecido pela LRF (art. 4º, §2º, inciso IV), deverá conter uma avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores. O PLDO 2017 apresenta um estudo com projeções para o período compreendido entre 2015 a 2090 (os dados utilizados para a avaliação atuarial estão posicionados em 31/dezembro de 2014). De acordo com as hipóteses atuariais e financeiras adotadas, o resultado atuarial (diferença entre as receitas e despesas previdenciárias) previsto é deficitário em R\$ 89,2 bilhões levando em consideração o período de 2015 a 2090.

Nos últimos anos, o resultado previdenciário tem sido motivo para crescentes preocupações em razão da evolução do seu déficit. O Gráfico 4.6 ilustra a trajetória recente do déficit orçamentário do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM e o quanto ele tem representado das receitas municipais.

Tabela 4.6 - Evolução do Déficit IPREM e % da Receita - em R\$



Fonte: Balanços PMSP

Como o Gráfico 4.6 mostra, o déficit previdenciário, que em 2010 representava 4,0% das receitas orçamentárias, passou para 6,7% em 2015. A previsão orçamentária é que atinja 7,0% no exercício 2016.

5. Síntese da Execução Orçamentária - Março/2016

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado 2016 (II)	% do Orçado (II / I)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Receitas Correntes	44.682.042.743	13.068.801.764	29,25%
IPTU	7.382.011.212	2.893.033.374	39,19%
ISS	12.095.211.808	2.974.548.497	24,59%
ITBI	1.935.656.063	335.628.478	17,34%
IR	1.762.371.501	408.708.737	23,19%
ICMS	7.264.380.369	1.680.300.355	23,13%
IPVA	2.501.199.996	1.761.741.364	70,44%
Total dos itens de impostos detalhados acima	32.940.830.949	10.053.960.806	30,52%
PPI	0	0	
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.883.947.012	423.599.190	22,48%
FUNDEB (bruto)	3.678.103.466	1.013.071.082	27,54%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	816.661.044	227.126.715	27,81%
Operação Urbana Água Espreada	155.604.034	30.953.175	19,89%
Operação Urbana Faria Lima	42.577.930	17.432.939	40,94%
Fundo Especial Operação Urbana Água Branca	65.186.627	16.433.779	25,21%
Operação Urbana Centro	4.914.477	1.327.833	27,02%
Fundurb	9.000.000	5.217.099	57,97%
Multas de Trânsito	1.110.194.392	316.940.714	28,55%
(-) deduções da Rec. Corrente	-2.220.201.853	-754.883.495	34,00%
Receitas Correntes menos deduções (A)	42.461.840.890	12.313.918.268	29,00%
Receitas de Capital (B)	7.825.329.472	223.352.222	2,85%
Operações de Crédito	101.980.200	10.003.535	9,81%
Transferências	3.850.511.638	130.080.153	3,38%
02 - União	3.307.845.439	127.103.245	3,84%
03 - Estado	542.666.199	2.976.908	0,55%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	700.000.000	0	0,00%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	0	0	
Operações Urbanas	1.300.000.000	0	0,00%
Operação Urbana Água Espreada	310.000.000	0	0,00%
Operação Urbana Faria Lima	560.000.000	0	0,00%
Operação Urbana Água Branca	350.000.000	0	0,00%
Operação Urbana Centro	80.000.000	0	0,00%
Outorga Onerosa	296.868.000	66.823.454	22,51%
Serviços da Dívida - Depósitos Judiciais	1.498.000.000	0	0,00%
Demais Receitas de Capital	77.969.634	16.445.081	21,09%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	89.933.210	0	0,00%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	50.377.103.572	12.537.270.490	24,89%

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado 2016 (II)	% do Orçado (II / I)
Despesas Correntes - Total (C)	32.263.260.219	6.477.555.332	20,08%
Despesas Correntes - Fonte 00	23.856.479.517	4.876.090.754	20,44%
Despesas Correntes - Outras Fontes	8.406.780.702	1.601.464.578	19,05%
Pessoal e Encargos - Total	11.859.693.700	2.675.000.231	22,56%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	8.025.549.814	1.743.829.576	21,73%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.702.327.886	905.651.995	24,46%
Juros e Encargos da Dívida	1.346.341.499	238.228.334	17,69%
Outras Despesas Correntes - Total	19.057.225.020	3.564.326.767	18,70%
Outras Desp. Correntes - Fonte 00	14.484.588.204	2.894.032.844	19,98%
Outras Desp. Correntes - Outras Fontes	4.572.636.816	670.293.924	14,66%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	13.911.552.763	2.479.983.318	17,83%
OST - PJ - Fonte 00	9.857.454.653	1.834.790.975	18,61%
OST - PJ - Outras Fontes	4.054.098.110	645.192.344	15,91%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.794.207.682	539.200.000	30,05%
PASEP	422.203.689	86.444.356	20,47%
Despesas de Capital (D)	9.703.331.670	750.369.622	7,73%
Investimentos	7.755.153.354	201.594.216	2,60%
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.627.722.369	116.821.173	7,18%
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	101.980.200	124.028	0,12%
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	3.344.153.036	10.522.198	0,31%
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	577.224.199	0	0,00%
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	15.000.000	1.033.997	6,89%
Investimentos - fonte 07 - Receita Condicionada	0	0	
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	2.089.073.550	73.092.820	3,50%
Inversões Financeiras	18.411.000	0	0,00%
Amortização da Dívida	1.929.767.316	548.775.406	28,44%
Operação Urbana Água Branca	415.186.627	0	0,00%
Operação Urbana Água Espraiada	465.604.034	42.622.676	9,15%
Operação Urbana Centro	84.914.477	0	0,00%
Operação Urbana Faria Lima	602.577.930	747.070	0,12%
Precatórios - total	1.322.020.014	399.190.231	30,20%
Pagamento Dívida - total	3.276.108.815	787.003.741	24,02%
Reserva de Contingência (E)	1.502	0	0,00%
Despesa PMSP (C + D + E)	41.966.593.391	7.227.924.954	17,22%
Superávit Corrente (I = A - C)	10.205.667.931	5.836.362.936	57,19%
Déficit de Capital (II = B - D)	-1.878.002.198	-527.017.400	28,06%
Superávit Orçamentário (I + II - E)	8.327.664.231	5.309.345.536	63,76%

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado 2016 (II)	% do Orçado (II / I)
Receita Legislativo (Fundos CMSP e TCMSP)	9.239.000	1.281.473	13,87%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	815.738.000	146.578.325	17,97%
Receita da Adm. Indireta	4.020.957.775	780.970.810	19,42%
IPREM	3.332.353.202	702.964.634	21,10%
Autarquia Hospitalar	69.656.320	1.209.100	1,74%
HSPM	8.118.000	764.376	9,42%
AMLURB	117.825.208	17.187.187	14,59%
Demais	493.005.045	58.845.513	11,94%
Despesa da Adm. Indireta	11.624.968.956	2.294.608.888	19,74%
IPREM	7.154.611.720	1.506.370.413	21,05%
Autarquia Hospitalar	1.484.901.755	282.072.916	19,00%
HSPM	309.060.585	55.988.521	18,12%
AMLURB	1.967.968.877	368.474.066	18,72%
Demais	708.426.019	81.702.972	11,53%
Déficit da Adm. Indireta	-7.604.011.181	-1.513.638.078	19,91%
IPREM	-3.822.258.518	-803.405.779	21,02%
Autarquia Hospitalar	-1.415.245.435	-280.863.816	19,85%
HSPM	-300.942.585	-55.224.145	18,35%
AMLURB	-1.850.143.669	-351.286.879	18,99%
Demais	-215.420.974	-22.857.459	10,61%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	54.407.300.347	13.319.522.774	24,48%
Total da Despesa Orçamentária	54.407.300.347	9.669.112.167	17,77%
Superávit/Déficit Consolidado	-	3.650.410.607	

Vereadores da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2016:

Presidente: Antonio Donato
1ª Vice-Presidente: Milton Leite
2ª Vice-Presidente: Edir Sales
1º Secretário: Adolfo Quintas
2º Secretário: Adilson Amadeu
1º Suplente: George Hato
2ª Suplente: Eduardo Tuma

Abou Anni	Mario Covas Neto
Alfredinho	Nabil Bonduki
Andrea Matarazzo	Natalini
Anibal de Freitas	Nelo Rodolfo
Ari Friedenbach	Noemi Nonato
Arselino Tatto	Ota
Atílio Francisco	Patrícia Bezerra
Aurélio Miguel	Paulo Fiorilo
Aurélio Nomura	Paulo Frange
Calvo	Pr. Edemilson Chaves
Celso Jatene	Quito Formiga
Claudinho de Souza	Reis
Conte Lopes	Ricardo Nunes
Dalton Silvano	Ricardo Teixeira
David Soares	Ricardo Young
Eliseu Gabriel	Salomão Pereira
Gilson Barreto	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jamil Murad	Souza Santos
Jean Madeira	Toninho Paiva
Jonas Camisa Nova	Toninho Vespoli
José Police Neto	Ushitaro Kamia
Juliana Cardoso	Vavá
Laércio Benko	Wadih Mutran

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
 Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.
Estagiária: Bruna Leal Costa da Silva.

Contato: cte2@camara.sp.gov.br